



FILIADA A FENASPE

ASTAPE/RJ

98029-0050

Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Subsidiárias no Estado do RJ - ASTAPE-RJ - Exemplar Gratuito

ABRIL - 2026



"FECHAMENTO AUTORIZADO PODE SER ABERTO PELA ECT"

Fala Presidente

Adelino Ribeiro Chaves



DO POÇO AO POSTO:

Fortalecer a luta pela reestatização da BR Distribuidora é o caminho para abaixar o preço dos combustíveis

Nas últimas semanas se multiplicaram por diversos jornais e portais online as notícias sobre o aumento do preço dos combustíveis nas bombas. Esses aumentos estão diretamente conectados à especulação dos controladores privados das distribuidoras e postos de combustíveis no país, que se utilizam do cenário de guerra imperialista do eixo EUA-Israel contra o Irã para aumentar suas margens de lucro no Brasil.

Segundo os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), as margens de lucro de distribuidoras e postos de combustíveis cresceram, em média, 37% em pouco mais de um mês, desde o início das agressões imperialistas contra o país persa. As distribuidoras vem se aproveitando da percepção dos impactos da guerra sobre o preço do barril do petróleo, que vem variando entre US\$ 100 e 120 (dólares) nas últimas semanas, para ampliarem suas margens de lucro.

Contudo, não podemos dei-

xar ninguém próximo a nós esquecer que o Brasil tem capacidade de produzir em território nacional, através das refinarias brasileiras, toda a gasolina para abastecer o mercado nacional e mitigar os impactos das variações do barril de petróleo sobre a população trabalhadora. Mas, para isso, devemos agir para reverter a criminoso venda da BR Distribuidora, dona dos Postos Petrobras, realizada sob o Governo Bolsonaro.

A privatização da empresa, renomeada como Vibra, permitiu a captura, pelo capital privado, de mais 22% do mercado de distribuição e comercialização de combustíveis que antes pertenciam a Petrobras. Isso alterou a dinâmica de formação de preços dos combustíveis, elevando-os de forma generalizada, e alavancou as margens de lucro no setor.

O bloqueio da participação da Petrobras nesse setor, para além da venda de seu patrimônio que garantia uma expressiva fatia do mercado, foi intensificado por uma cláusula do acordo de privatização que

proíbe a petroleira de retornar ao mercado e concorrer contra a Vibra até meados de 2029. O caráter lesivo aos interesses populares desse acordo não poderia ser mais nítido. A privatização não apenas dilapidou um patrimônio erguido após décadas de lutas dos trabalhadores por garantia de uma autossuficiência na produção de combustíveis, mas também criou barreiras para que o país não fique refém das flutuações dos preços internacionais do barril de petróleo.

As ações do Governo Lula, até o momento, são insuficientes para garantir o controle nacional sobre o preço dos combustíveis. As renúncias fiscais de PIS/Cofins no diesel e o aumento do imposto sobre a exportação de petróleo bruto, assim como o movimento de segurar a subida do preço da gasolina vendida pela Petrobras às distribuidoras, não resolvem a questão central: os oligopólios privados na distribuição fazem disparar suas margens de lucro sob variados pretextos. Mesmo a subvenção anunciada pelo Governo Federal ao diesel, que pode chegar a R\$ 1,20 por litro no caso de importação, vem sendo "ignorada" pelas grandes distribuidoras como a Vibra, Ipiranga e Raízen (dona dos postos Shell) que controlam o setor no país. As resistências das distribuidoras que monopolizam o mercado não demonstram um desacordo com a medida, mas sim

um "jogo de cena" que busca amplificar a pressão sobre os governos para que as distribuidoras tenham ainda mais subsídios, garantindo assim uma elevação ainda maior de suas margens de lucro.

Sem a reestatização da BR Distribuidora, o fortalecimento da Petrobras e um firme controle estatal sobre o mercado de produção e distribuição de combustíveis, ou seja, do "poço ao posto", os trabalhadores seguirão reféns da especulação com os combustíveis. Sem isso, não apenas a Petrobras seguirá sendo capturada por interesses privados (de especuladores nacionais e estrangeiros), como não conseguiremos superar barreiras ainda realmente existentes na produção nacional de óleo diesel, que garante 70% da demanda no país atualmente, e de combustível para aviação, que o artigo de Alex Prado publicado no site da AEPET qualifica como um "calcanhar de Aquiles" da produção nacional.

A luta pelo fortalecimento da Petrobras enquanto uma empresa estatal e pela retomada de todos os ativos privatizados nas últimas décadas é essencial aos trabalhadores do país. É tarefa de todos e todas nós da ASTAPE/RJ, que construímos a história do movimento petroleiro no país, defendermos essa bandeira de luta pela reestatização da BR Distribuidora! A Petrobras é do povo brasileiro e deve servir a seus interesses!

PAPO RETO

O DRAMA DOS APOSENTADOS DO PLANO PETROS 1

O Fórum em defesa dos participantes e assistidos do plano Petros segue seu trabalho na busca de encontrar uma saída digna. Publicou em 19 de março último a 23ª nota de esclarecimentos do andamento das negociações sobre o fim dos PEDs, além de produzirem uma live no dia 6 de abril em forma de debate, onde os representantes do Fórum responderam as perguntas dos aposentados após as explicações dos debatedores. Essas ações, seguidas de exames das entidades de fiscalização, supervisão e governança das EFPCs, com o movimento sindical e associações, visam dar fim aos pagamentos extraordinários que penalizam principalmente os aposentados.

No dia 8 de abril foi realizado um Seminário Nacional de aposentados assistidos do plano Petros, R e NR, em Salvador, que reuniu centenas de interessados. Isso porque, tal e qual a repactuação de 2007, onde a promessa de acabar com os Déficits do plano Petros não produziu tal efeito, quem repactuou paga o PED hoje em dia igual a quem não repactuou. Naquela ocasião a categoria ficou dividida ocasionando os PPSP-R e os PPSPS-NR.

Após vários atos, vigília e greve do movimento sindical, no último ACT, os trabalhadores conseguiram sensibilizar a direção da Petrobras para acabar com os PEDs. Porém, a insatisfação continua. Isso levou aqueles aposentados a se reunirem no Seminário, descontentes com os andamentos das negociações que após todos esses anos ainda não vislumbra uma saída para seus problemas. A saída apre-

sentada agora é a migração do plano BD para um plano CD misto. Essa solução muito parecida com a repactuação, tem características piores às vidas dos assistidos e pensionistas pois impacta diretamente nos direitos dos aposentados.

O impasse analisado pela Petrobras aponta uma solução que depende da suspensão das ações judiciais promovidas pelo movimento sindical, que cobram as dívidas da Petrobras. A empresa espera uma proporção de obter mais de 60% das adesões ao novo plano CD misto, que é o plano CD com o fundo de longevidade mútuo. Essa é a condição que a Petrobras entende para aportar dinheiro.

O Seminário produziu a Carta de Salvador, que explica o motivo da insatisfação e as incertezas com o novo plano proposto, que não atende as necessidades dos assistidos e aponta outras saídas para que a Petrobras acabe com os PEDs assassinos e devolva a tranquilidade e segurança aos aposentados assistidos da Petros.

Uma coisa é certa. Depois de todo esse trabalho, o novo plano será analisado em assembleias e que, para finalizar com êxito, terá que ter a assinatura de concordância do ator principal dessa história, que é o participante e assistido. Aí está a força e o poder dos aposentados que não se intimidam diante dos poderosos opressores. Vamos acompanhar essas movimentações com otimismo. Novos encontros deverão ser promovidos. Temos a certeza de que a União faz a Força.

Avante, Petroleiros! Quem luta, conquista!

IR 2026: atenção ao utilizar a declaração pré-preenchida

O período de declaração do Imposto de Renda 2026 termina no dia 29/5. Os participantes que optarem pelo modelo de declaração pré-preenchida devem redobrar a atenção e conferir cuidadosamente todas as informações importadas automaticamente.

Embora a ferramenta facilite o preenchimento, podem ocorrer divergências entre os valores apresentados na declaração pré-preenchida e aqueles constantes nos informes de rendimentos fornecidos pela Petros e/ou pela empresa patrocinadora. Essas diferenças podem ocorrer, pois as informações disponibilizadas pela Receita Federal dependem de integrações e cálculos provenientes de diversas bases de dados. Dessa forma, é indispensável que o participante verifique e compare os dados antes do envio da declaração.

Os valores corretos a serem considerados são aqueles constantes nos informes de rendimentos da Petros e da patrocinadora. Caso identifique qualquer divergência, os valores devem ser ajustados manualmente com base nesses

informes.

Lembramos que a Petros disponibiliza três tipos de informes: rendimentos, empréstimos e contribuições. Os documentos já foram enviados por e-mail no dia 28/2 e estão disponíveis na Área do Participante, aqui no Portal Petros, e no aplicativo. Para saber mais detalhes sobre esses documentos e verificar quais deles você precisa para preencher sua declaração, clique aqui.

A revisão das informações pré-preenchidas da declaração do IR é responsabilidade do contribuinte, conforme disposto no § 3º do art. 6º da Instrução Normativa RFB nº 2.255, de 13 de março de 2025. Portanto, redobre sua atenção no momento do preenchimento dos seus dados e, em caso de dúvidas, entre em contato pelo “Fale conosco” ou pelo chat online, disponível no Portal Petros e no nosso aplicativo. Se preferir, ligue para a Central de Relacionamento - 0800 025 35 45 -, que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.

Fonte: Petros

CAMPANHA DE NOVOS SÓCIOS

VENHA FAZER PARTE DA FAMÍLIA ASTAPE/RJ

AGUARDAMOS A SUA VISITA NA NOSSA SEDE SOCIAL

ASSOCIE-SE A SEDE CAMPESTRE

23ª Nota do Fórum em Defesa dos Participantes e Assistidos da Petros sobre os Equacionamentos dos Planos Petros do Sistema Petrobrás

Após quase três anos de árduas tratativas, em que a direção da Petrobrás se negava a assumir qualquer responsabilidade para eliminar os PEDs do PPSP-R e do PPSP-BR, finalmente foi formalizada sua corresponsabilidade e o seu compromisso de construir uma solução conjunta, ao assinar um TERMO DE COMPROMISSO para o fim desses equacionamentos.

Os representantes das entidades que participam do Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, conscientes deste compromisso, estão trabalhando para alcançar uma solução que preserve os direitos dos assistidos e extinga ou minimize significativamente o impacto das cobranças extras dos PEDs dos PPSPs.

Sempre agindo com transparência, pois essa jornada é longa e repleta de incertezas, pois trata-se de uma questão complexa devido aos altos valores envolvidos. A solução não é simples e nem fácil— se fosse, já teria sido resolvida.

Nesse sentido, conforme cronograma previsto na Carta de Compromisso, neste momento estamos iniciando as tratativas referentes a admissibilidade da mediação no TCU – Tribunal de Contas da União.

Após a admissibilidade da mediação, o prazo para conclusão será de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias, caso não haja um consenso entre as partes.

Essa etapa de validação no âmbito federal é fundamental para a continuidade das tratativas na elaboração de uma solução, que será deliberada na

Diretoria Executiva e no Conselho de Administração da Petrobrás para o fim dos PEDs.

Ainda segundo o Cronograma publicado na Carta de Compromisso, após a deliberação na governança da empresa, a proposta de solução será deliberada nas Assembleias dos Sindicatos e Associações filiadas às nossas entidades, que participam do Fórum.

Em paralelo, a direção da Petros irá preparar toda a documentação referente a solução a ser deliberada nessas Assembleias.

Para agilizar essa documentação, fizemos uma reunião com a direção da Petros, que informou a prioridade que esse assunto tem, principalmente a elaboração do simulador benefícios do novo plano.

Os diretores da Petros informaram que toda a documentação necessária estará disponível assim que a proposta for deliberada na governança da Petrobrás, principalmente o simulador benefícios do novo plano.

Quanto à narrativa de que “a Petrobras tem que pagar o que deve!”, este é o entendimento do Fórum, porém não é a realidade imediata.

As regras mudaram. Desde 1998, a Constituição Federal passou a estabelecer limites relacionados à paridade contributiva para empresas públicas e estatais que patrocinam planos de previdência complementar.

A partir de 2001, por meio de leis complementares ao comando constitucional, consolidou-se o entendimento de que as contribuições extraor-

dinárias têm que ser pagas na mesma proporção das contribuições normais.

Assim, a solução precisa respeitar o limite da paridade contributiva entre as patrocinadoras e os respectivos participantes e assistidos dos planos que patrocinam.

Passados 27 anos, depois dessas alterações constitucionais, nenhum participante ou assistido ou entidade representativa, seja de qualquer plano ou data de inscrição, conseguiu obrigar as empresas públicas ou estatais a pagarem mais do que está previsto em lei.

Nesta nova realidade, precisamos lutar, mobilizar e negociar termos que deem garantias aos participantes e que os diretores que hoje detêm o poder de decisão não se esquivem de aprovar uma solução. Esta é a obrigação das entidades que participam do Fórum.

Alertamos que devemos estar atentos a grupos interessados no fracasso das negociações. A solução possível, caso efetivada, será amplamente discutida e explicada.

Embora esteja longe do ideal, sabemos que a judicialização é um direito e pode ser exercida; ainda assim, há o risco de novos equacionamentos.

Enquanto esses grupos propagam falsas narrativas de soluções inexistentes e atacam vilmente qualquer avanço, inúmeros aposentados falecem vítimas da injustiça dos PEDs, sem desfrutar da melhoria de vida que uma solução real traria. Tal postura, além de desumana e egoísta, é criminosa.

Por fim, temos a certeza

de que somente a unidade e a luta garantirão nossos direitos. Como a história da nossa categoria demonstra, nada nunca foi fácil. É imperativo que continuemos mobilizados.

Lembramos que as únicas fontes oficiais de informação sobre a resolução dos equacionamentos são as entidades que integram este Fórum. Qualquer outra informação é mera especulação ou desinformação (fake news), com o intuito de prejudicar o andamento dos trabalhos.

Vamos caminhar juntos, como categoria organizada e solidária, em busca da solução que os participantes e assistidos da Petros tanto anseiam e precisam!

FÓRUM DAS ENTIDADES EM DEFESA DOS PARTICIPANTES DA PETROS

Federação Nacional dos Petroleiros (FNP)

Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF)

Federação das Associações de Participantes de Fundos de Pensão, Anistiados, Empregados e Ex-Empregados do Sistema Petrobras e Petros (Fenaspe)

Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros (AM-BEP)

ALERTA JURÍDICO ASTAPE/RJ: CUIDADO COM OS GOLPES!

→ Enviado por Bruno Talpai, advogado que representa parcela dos associados da ASTAPE/RJ

Pedimos aos nossos clientes que fiquem atentos a possíveis golpes praticados por pessoas que se passam por representantes do nosso escritório. Reforçamos que não solicitamos pagamentos, transferências bancárias, códigos, senhas ou quaisquer dados sensíveis por mensagens ou contatos não oficiais.

Nosso único WhatsApp oficial é: **(11) 93384-2233**. Caso receba contato por outros números, desconfie e procure confirmar a informação diretamente com nossa equipe. Em caso de dúvida, entre em contato sempre pelos nossos canais oficiais [ou pelo canal oficial da ASTAPE/RJ].

Bruno Talpai, advogado

Aniversariantes mês de ABRIL / 2026

Adelino Ribeiro Chaves	15/04/2026
Antonio Justino	17/04/2026
Catia Do Nascimento S. Da Conceição	11/04/2026
Cleia De Magalhaes Lima	29/04/2026
Edesio Vieira Da Silva	10/04/2026
Edson De Freitas	06/04/2026
Josefa Freire Pimentel	25/04/2026
Leda Penido Da Silva	26/04/2026
Leonia Pereira Da Silva	29/04/2026
Leonice Viana Dos Santos	02/04/2026
Lidia Gonçalves Loureiro	07/04/2026
Moises Bengaly	08/04/2026
Raimundo Wilson Da Silva	12/04/2026
Rosangela Costa De Oliveira	09/04/2026
Ruth Ferreira De Araujo	23/04/2026
Salete De Carvalho Araujo	03/04/2026
Sergio Da Silva Machado	01/04/2026
Silas De Souza	19/04/2026
Valmir Gomes Da Rocha	10/04/2026

Imposto de Renda 2026: comprovantes de despesas médicas estão disponíveis

Chega essa época do ano e todo mundo já sabe: está na hora de começar a separar os documentos para o Imposto de Renda Pessoa Física. O prazo para a entrega da declaração do IRPF 2026 (referente ao ano-base 2025) será de 23 de março a 29 de maio.

Pessoas empregadas da ativa, ex-empregadas, aposentadas e pensionistas de todas as patrocinadoras devem baixar no formato digital o comprovante anual de despesas médicas para declarar os gastos com o plano de saúde.

Como obter o comprovante de despesas médicas?

Portal do Beneficiário: Após efetuar o login, basta acessar o menu “Financeiro” > opção “Demonstrativo de IRPF” > selecionar o ano de competência > clicar em “pesquisar”. O seu demonstrativo de despesas médicas estará disponível e você pode imprimir o documento ou salvá-lo em PDF.

Aplicativo Saúde Petrobras (disponível para Android e iOS): a opção Imposto de Renda está disponível logo na tela inicial, abaixo do nome.

Para baixar o app, é só acessar a loja de aplicativos do seu celular e procurar pelo nome Saúde Petrobras.

WhatsApp: Envie uma mensagem de texto para o número (31) 98470-5004, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, escolha a opção 0 e, logo em seguida, selecione a opção 1.

Central de Atendimento: Ligue para o número 0800 728 3372, em qualquer dia e horário da semana, e digite a opção 0.

Fonte: site Saúde Petrobras



**Associação dos Trabalhadores Aposentados,
Pensionistas e Anistiados da Petrobras
e Subsidiárias no Estado do RJ**

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE/RJ

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE DE HONRA: JOÃO CARLOS ARAUJO SANTOS

PRESIDENTE ADELINO RIBEIRO CHAVES	1º TESOUREIRO GENOBRÉ GOMES LIMA	DIRETOR PATRIMÔNIO MOISES BENGALY
VICE-PRESIDENTE NILTON PEIXOTO DE ANDRADE	2º TESOUREIRO CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA	CONSELHO FISCAL DJALMA DE FREITAS MOACIR FERREIRA DE LIMA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
1º SECRETÁRIO LUIZ CARLOS MARTINS DE SOUZA	DIRETOR / PROCURADOR MARIA DE LOURDES INACIA S. CARDOZO	REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO GUNTHER SÁCIC
2º SECRETÁRIO PEDRO RIBEIRO DA SILVA	DIRETOR SOCIAL MARIA NAZARÉ COSTA FREITAS	

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001
Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 - Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br
Sede Campestre: Rua A, 290 - Leque Azul - Mauá - Magé - CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810